



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Teorias Clássicas da Ética Normativa e sua Implicação na Psicologia

Elói Maia de Oliveira

OLIVEIRA, E. M. Teorias Clássicas da Ética Normativa e sua Implicação na Psicologia. *In*: BATAGLIA, P. U. R.; ALVES, C. P.; PARENTE, E. M. P. P. R. **Estudos sobre competência moral**: propostas e dilemas para discussão. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 103-125. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p103-125>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

TEORIAS CLÁSSICAS DA ÉTICA NORMATIVA E SUA IMPLICAÇÃO NA PSICOLOGIA

Elói Maia de Oliveira

Introdução

Desde os primórdios da filosofia o tema da moralidade se apresenta como um dos problemas filosóficos da ética/moral. Em Platão, diversos diálogos como: *Górgias* (“o melhor é o mais forte”), *Mênon* (sobre a virtude) e a *República* (o dilema do anel de Gíges), já esboçavam diversos problemas do que podemos chamar de “moralidade”. Em Aristóteles, na sua obra *Ética a Nicômaco*, encontramos um verdadeiro tratado sobre o comportamento ético tanto em âmbito público como privado. Para compreendermos melhor as perspectivas contemporâneas da moralidade iremos nos alicerçar na perspectiva histórico filosófica, expondo brevemente a tentativa de uma ciência do *ethos* nas filosofias socrática-platônica, aristotélica, a influência destas na ética kantiana e miliana, e posteriormente observando algumas implicações no campo da psicologia moral.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p103-125>

Com o avanço dos estudos sobre o comportamento humano a psicologia ganha um lugar de destaque. É com Piaget que o estudo do juízo moral da criança ganha atenção e que desencadeará reflexões éticas, filosóficas, biológicas, cognitivas e comportamentais nas gerações futuras mudando ou corroborando algumas análises e provocando demais acadêmicos a se debruçar sobre o tema da moralidade humana. Antes de começarmos, vamos esclarecer alguns conceitos para assim podermos nos apropriar melhor das teorias clássicas sobre a ética normativa.

A moralidade normativa (preocupação da maioria dos filósofos) tem como base a pergunta com a qual Sócrates inaugura a reflexão ética ocidental: “*como devo viver?*”. Desta perspectiva normativa temos três derivações clássicas com seus principais expositores: Ética da virtude¹ (defendida por Aristóteles); Deontologia² (defendida por Kant) e o Utilitarismo³ (defendida por Mill).

¹ “Segundo Aristóteles, são as virtudes que correspondem à parte apetitiva da alma, quando esta é moderada ou guiada pela razão; consistem no meio-termo entre dois extremos, dos quais um é vicioso por excesso e o outro o é por deficiência. As virtudes são: coragem, temperança, liberalidade, magnanimidade, mansidão, franqueza e justiça; esta última é a maior de todas” (ABBAGNANO. 2012, p. 451).

² “Teorias que valorizam a moralidade não em termos de resultados, mas de referências categóricas a determinados princípios. [...] Exemplo típico da ética deontológica é a kantiana, que prescreve o dever pelo dever. [...] Pode-se dizer que os sistemas de orientação deontológica buscam o bem moral a montante, no dever que é superior ao homem” (ABBAGNANO. 2012, p. 280).

³ “É uma corrente do pensamento ético, político e econômico inglês dos séculos XVIII e XIX. Stuart Mill afirmou ter sido o primeiro a usar a palavra utilitarista (*utilitarian*), extraindo-a de uma expressão usada por Galt em *Annals of Paris* (1812); de fato, a ele se deve o sucesso desse nome. Contudo, essa palavra foi usada ocasionalmente por Bentham, a primeira vez em 1781. [...] O utilitarismo é a tentativa de transformar a ética em ciência positiva da conduta humana. [...] O utilitarismo substitui a consideração do fim, derivado da natureza metafísica do homem, pela consideração dos móveis que levam o homem a agir. [...] Reconhecimento do caráter supraindividual ou intersubjetivo do prazer como móvel, pelo que a finalidade de qualquer atividade humana é ‘a maior felicidade possível, compartilhada pelo maior número possível de pessoas’” (ABBAGNANO. 2012, p. 1172).

Antes de nos determos propriamente sobre o que cada corrente apresenta sobre a temática é importante compreendermos o início do debate do conceito acerca da Ética, a fim de, acompanhar a construção das teorias formuladas, pois todas elas dialogam em uma certa proporcionalidade com a origem socrática-platônica.

Atualmente, há uma certa dúvida sobre os conceitos de Ética e Moral, na qual alguns a tratam de forma conceitualmente distinta e outros de forma idêntica. No dicionário de filosofia encontramos como definição da Ética,

em geral, ciência da conduta. Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: 1ª a que considera como ciência do fim para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim. [...] a 2ª a que considera com a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta (ABBAGNANO, 2012, p. 442-443).

Cabe destacar que sobre a primeira definição, temos como representantes Aristóteles e Tomás de Aquino, uma vez que defendem que a felicidade é o fim da conduta humana; a segunda definição temos Kant, pois julga que bem e mal não devem ser determinados antes da lei moral, características estas da doutrina do móvel. Já a definição de Moral é apresentada como “O mesmo que Ética” (ABBAGNANO, 2012, p. 795)⁴.

⁴ Cabe destacar que a definição de Moralidade no dicionário se distingue da definição de Moral, sendo: “Caráter do que se conforma às normas morais. Kant contrapôs a Moralidade à legalidade. A última é a simples concordância ou discordância de uma ação em relação à lei moral, sem considerar o móvel da ação. A moralidade, ao contrário, consiste em assumir como móvel de ação a ideia de dever (ABBAGNANO. 2012, p.795).

Convém expor que essa dúvida da matriz semântica começou a formar-se na ética kantiana e tornou-se mais forte na filosofia hegeliana em sua estrutura dialética entre *Moralität* e *Sittlichkeit*, a primeira designando o domínio kantiano da moralidade interior e a segunda significando o campo clássico da eticidade social e política (VAZ, 2015).

Todavia, sua procedência etimológica demonstra que os dois termos são praticamente sinônimos. A separação atual dos dois conceitos está ligada a tentativa de diferenciar Ética e Política, na qual a primeira refere-se ao indivíduo, ou seja, a vida privada, e a segunda à esfera pública, da sociedade. Ética (*ethike*) é, para Aristóteles, um tipo determinado de saber, sendo ela, a investigação e a reflexão metódica sobre os costumes.

Ethike procede do substantivo *ethos*, que receberá duas grafias distintas, designando matizes diferentes da mesma realidade: *ethos* (com *eta* inicial) designa o conjunto de costumes normativos da vida de um grupo social, ao passo que *ethos* (com *epsilon*) refere-se à constância do comportamento do indivíduo cuja vida é regida pelo *ethos*-costume (VAZ, 2015, p. 13).

Já o conceito de Moral, da tradução do latim *moralis*, apresenta uma evolução semântica similar à do termo Ética. Etimologicamente a raiz de *moralis* vem do substantivo *mos* (*mores*) que corresponde ao grego *ethos*, mas que apresenta um campo de expressões muito mais rico verificado nos léxicos latinos, como: vontade, desejo, conduta, uso, hábito, comportamento, atitude, modo de ser, verificado nos escritos de Tomás de Aquino na *S. Theol.* 1-2 parte, q.58, a. 1, c⁵.

⁵ “A palavra latina ‘*mos*’ tem dois sentidos. Às vezes, significa costume [...] Outras vezes, exprime uma inclinação natural, ou quase natural, para determinada ação. Em latim esses dois significados

Observamos que, etimologicamente, não há nenhuma diferença significativa entre Ética e Moral, ambos designando fundamentalmente o mesmo objeto, ou seja, o costume socialmente considerado, o hábito do indivíduo de agir segundo o costume. Provavelmente esta tendência de distinguir os conceitos na sociedade moderna advém da complexidade que tornou-se compreender os fenômenos do agir ético. A Moral tornou-se progressivamente um terreno da *práxis* individual, enquanto a Ética ampliou seu campo de significação abrangendo os aspectos da *práxis* social.

Dada a devida atenção conceitual aos termos que iremos nos deter, sigamos a compreender o início da Ética como tentativa de um status universalizante. Os dois grandes modelos da tradição filosófica acerca da Ética na cultura ocidental foram inaugurados por Platão e Aristóteles. O primeiro, articulado à teoria das Ideias, tratando-se de uma Ética estritamente normativa e teleológica e o segundo afastando-se da teoria platônica propondo uma Ética mais pluralista dos bens oferecidos ao dinamismo da *práxis*, desde que atendam ao imperativo fundamental do bem viver na realização de uma excelência, segundo a medida da vida humana, ocasionando assim também em uma Ética normativa e teleológica, mas com bases distintas do modelo socrático-platônico.

Não será nosso foco desenvolvermos de forma aprofundada a concepção da Ética segundo o modelo socrático-platônico, mas se faz necessário apresentar alguns elementos para compreender a crítica feita por Aristóteles para fundamentação da doutrina que veio a se chamar Ética da Virtude.

não se distinguem quanto ao vocábulo. Distinguem-se, porém, em grego, pois *ethos*, que em latim quer dizer *mos*".

A Ética Socrática-Platônica

Sócrates (470/469 a.C. – 399 a.C.), nasceu em Atenas, filho de um escultor e uma obstetra. Não fundou Escola, como outros filósofos, realizando seus ensinamentos em locais públicos e exercendo imenso fascínio não só sobre os jovens, mas de homens de todas as idades (REALE, 2003, p. 93). Sócrates é o porta voz da doutrina de Platão, tornando difícil estabelecer uma clara distinção entre o que é o pensamento de Sócrates e o que representa o pensamento de Platão, podendo ser reelaborações de ideias já postas por Sócrates.

Na *República* de Platão, encontramos Sócrates debatendo sobre o Estado ideal com Trasímaco, que afirma que, o que é justo ou correto é o que interessa aos mais fortes. Outros ali presentes afirmam também que todos gostariam de serem imorais, se não fosse pela ameaça de punição e impopularidade (mito clássico do Anel de Gíges⁶).

Sócrates questiona estas afirmações apontando que a justiça não é apenas um meio para atingir a felicidade, mas essencial para isso. Toda a Ética antiga será uma Ética do Bem. Para Sócrates, toda atividade do homem, é específica da razão (*logos*). Logo, o homem bom há de ser o homem sábio. Dessa forma temos o chamado intelectualismo socrático.

Recebida por Platão e criticada por Aristóteles, ela passou a caracterizar o chamado intelectualismo moral de Sócrates, conhecido por suas consequências aparentemente paradoxais: o homem sábio é necessariamente bom, e o homem malvado é necessariamente ignorante, o sábio nunca faz o mal voluntariamente e somente o

⁶ Ver Platão, *A República*, 359b – 360a.

homem virtuoso é verdadeiramente feliz. Aristóteles criticou justamente a simples identificação da virtude com o saber (VAZ, 2015, p. 96-97).

A ética socrática compreende o sujeito bom em posse do saber, ou seja, para alguém ser feliz é necessário ser bom e para ser bom é preciso ser sábio. Platão (428 a.C. – 347 a.C), caminha nesta linha de pensamento, apesar de se afastar progressivamente do pensamento de Sócrates depois da sua morte e com contato com os pitagóricos e eleatas, com um envolvimento mais metafísico da Ética, na chamada Teoria das Ideias. Na *República*, o Bem, é a “suprema forma” na qual a Alegoria da Caverna⁷ justificará toda a explicação da tomada de consciência ética do homem. O sábio é aquele que atingido a visão ou o conhecimento do Bem, ou seja, quando sua alma ascende ao plano mais elevado, será capaz de agir de forma justa, pois ao conhecer o Bem, conhece também a Verdade, a Justiça e a Beleza (MARCONDES, 2007, p. 16-17).

Por fim, para Platão, o indivíduo que age de modo ético é aquele capaz de autocontrole, ponto este que Aristóteles irá concordar, pois aqui está implicado o conceito de virtude. Porém, para agir corretamente e tomar decisões éticas o sujeito depende de um conhecimento do Bem que é obtido pelo indivíduo por um longo processo de amadurecimento espiritual. Aristóteles irá fundamentar sua teoria com bases platônicas, mas não concordará com alguns pontos apresentados por Platão, na qual, irá reformular a chamada Ética da virtude.

⁷ Ver Platão, *A República*, 514a – 517c.

A Ética Aristotélica

Aristóteles (384/383 a.C. – 322 a.C.), foi discípulo de Platão, mas avançou em suas teorias chegando-a contrapor a do mestre. Platão carregava um perfil mais místico-religioso-escatológico, no qual Aristóteles, distintamente, buscará um maior rigor nos seus discursos filosóficos. Mais interessado pelas ciências empíricas, sua filosofia carregará um espírito científico, a sistematizar e distinguir os temas e problemas segundo sua natureza, e com isso, propor os métodos adequados para resolver os diversos tipos de questões.

Na filosofia aristotélica, a Ética, encontra-se no domínio do saber prático. Neste domínio o “intuito é estabelecer sob que condições podemos agir da melhor forma possível tendo em vista o nosso objetivo primordial que é a felicidade (*eudaimonia*⁸), ou a realização pessoal” (MARCONDES, 2007, p. 37). Mas o que seria essa felicidade?

Para a maioria, é o prazer e o gozo. Mas uma vida gasta com prazer é uma vida que torna ‘semelhantes aos escravos’, e ‘digna dos animais’. Para alguns a felicidade é a honra. Mas a honra é algo extrínseco que, em grande parte, depende de quem a confere. [...] Para outros, a felicidade está em juntar riquezas. Mas esta, para Aristóteles, é a mais absurda das vidas, chegando mesmo a ser vida ‘contra a natureza’, porque a riqueza é apenas meio para outras coisas, não podendo, portanto, valer como fim. O bem supremo realizável pelo homem

⁸ “No sentido original, porém, *eudaimonia*, literalmente ‘proteção de um bom *daimon*’, significa a excelência ou perfeição resultante no agente da posse do bem ou dos bens que nele realizam melhor sua capacidade de ser bom. A expressão recente *eudaimonismo* ou *eudemonismo*, que remonta a Kant, ao exprimir o aspecto subjetivo da busca interessada e do sentimento de felicidade, é, portanto, imprópria para caracterizar a ética aristotélica e, mesmo, a ética grega em geral” (VAZ, 2015, p. 118-119)

consiste em aperfeiçoar-se enquanto homem, ou seja, naquela atividade que diferencia o homem de toda as outras coisas [...] O homem que deseja viver bem deve viver, sempre, segundo a razão (REALE, 2003, p. 218).

Agora, como constituir-se nesta atividade que deve ser guiada pela razão? Através das virtudes. A *eudaimonia* é uma atividade da alma segundo a virtude perfeita. Contrariamente à Platão no *Ménon*, Aristóteles afirma que a virtude pode ser ensinada. A virtude não é inata, mas resulta do hábito, sendo necessária praticá-la para nos tornarmos virtuosos.

Para Aristóteles, em nossa alma há elementos estranhos a razão, que se opõe e resiste, mas que participam, de certo modo, da razão. A clássica teoria da divisão da alma também se faz presente aqui. Enquanto a parte vegetativa em nada participa da razão, a parte apetitiva participa de alguma forma enquanto escuta e obedece. Essa ação da obediência a razão é a virtude ética. Todos temos impulsos, paixões e sentimentos que tendem ao excesso ou à falta. O papel da razão é intervir e impor a justa medida, o meio-termo entre os dois excessos (ao muito ou ao pouco).

Há uma divisão estabelecida entre as chamadas virtudes intelectuais, estas fruto do ensinamento e as virtudes morais, estas fruto do hábito⁹. Esta distinção é fundamental para compreendermos a crítica feita à Sócrates sobre a ensinabilidade da virtude e a superação do intelectualismo socrático da virtude-ciência. Na *Ética a Nicômaco* há um verdadeiro tratado sobre as virtudes éticas, suas aquisições, sua natureza,

⁹ “Sendo, pois, de duas espécies a virtude, intelectual e moral, a primeira por via de regra, gera-se e cresce graças ao ensino – por isso requer experiência e tempo; enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito. [...]por tudo isso, evidencia-se também que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza. [...] pelos atos que praticamos em nossas relações com os homens nos tornamos justos ou injustos” (ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Livro II. 1103a15 – 1103b10).

na qual se expõe sobre a chamada “mediania” (*mesotes*) e as condições de exercício. Dentre todas as virtudes éticas, a justiça ganha destaque, pois é a essência da justa medida, na qual se distribuem os bens, as vantagens, os ganhos e seus contrários.

A teoria aristotélica ao longo dos séculos se manteve firme como uma alternativa ética de como se deve viver, influenciando culturas, sociedades, chegando na Idade média com certo receio, mas bem difundido e defendido por Tomás de Aquino “cristianizando” sua filosofia, todavia ao longo da modernidade e as críticas exercida na filosofia medieval e suas produções abalaram também as bases da filosofia grega, tendo como um expoente da crítica da ética aristotélica, Imanuel Kant. Vejamos a seguir como Kant prosseguiu com sua filosofia moral.

A Ética Kantiana

Immanuel Kant (1724 – 1804), nascido na Prússia Oriental, foi um dos pensadores mais ilustres da era moderna, na qual intitulou sua filosofia de uma “revolução copernicana”, por causa de sua radicalidade e do mesmo caráter da realização de Copérnico na astronomia. Das obras que tratam as questões éticas em Kant, na qual pertencem à razão prática e não à razão teórica, são: *Crítica da razão prática* (1788) e *Metafísica dos costumes* (1798), na qual a primeira obra mencionada trata da Ética no sentido puro, e a segunda, uma tentativa de aplicação dos princípios éticos.

O propósito kantiano da constituição de uma *Metafísica dos Costumes* pretende, pois, ser o digno coroamento de um movimento de ideias que atravessa todo o século, dotando enfim o homem *emancipado* de

uma Ética cujos fundamentos metafísicos encontrem-se na própria liberdade, manifestada em sua *autonomia* pelo estabelecimento das condições transcendentais (*a priori*) do uso prático da razão (VAZ, 2015, p. 325).

A razão humana não é apenas teórica, ou seja, capaz de conhecer, mas também é razão prática, que determina a vontade e a ação moral. Essa distinção é de procedência platônica, mas é em Aristóteles que ela alcança um caráter sistemático. No período latino, principalmente em Tomás de Aquino, o conceito de Aristóteles é recebido como distinção entre o *intellectus speculativus* e o *intellectus practicus*, no qual Kant adotará a distinção clássica entre *intellectus* e *ratio* (inteligência e razão), utilizando em sua filosofia as terminologias *Verstand* (Entendimento) e *Vernunft* (Razão).

O entendimento pertence a faculdade das regras, na qual seu conteúdo pertence as intuições sensíveis; já a razão pertence a faculdade dos princípios, unificadora do mundo inteligível, movida por dois interesses, o especulativo e o prático. É do interesse da razão prática satisfazer-se no exercício de uma forma de moralidade que atenda ao desejo da felicidade¹⁰, inato no ser humano, por meio de leis a serem obedecidas mediante ao exercício da virtude da prudência. A busca de uma resposta objetiva para esse anseio, para dar plena satisfação e todo o interesse da razão, tanto especulativa como prática, é responder: *O que devo fazer?*

¹⁰ Cabe destacar que a busca pela felicidade, que fundamenta as éticas do período helenístico, é insuficiente como fundamento moral, porque o conceito de felicidade é variável, dependendo de fatores subjetivos, psicológico, ao passo que a lei moral é invariante, universal; por isso seu fundamento é o dever (MARCONDES, 2007, p. 218).

O objetivo fundamental de Kant é, portanto, estabelecer os princípios *a priori*, ou seja, universais e imutáveis, da moral. Seu foco é o agente moral, suas intenções e motivo. O dever consiste na obediência a uma lei que se impõe universalmente a todos os seres racionais (MARCONDES, 2007, p. 218).

Na *Metafísica dos Costumes* nos deparamos com o primeiro conceito principal para nossa investigação: *boa vontade*. É a partir dele que definimos o uso prático da razão voltado para uma vontade boa em si mesma e não para a felicidade que é instintiva. O segundo conceito que nos é apresentado, é o de *dever*. Há uma distinção feita de acordo com o dever e a ação por dever, sendo a segunda a única que tem valor moral. Dada essa distinção podemos compreender que há uma lei que prescreve a prossecução da própria felicidade não por inclinação (instinto), mas por dever (razão).

O problema fundamental aqui é mostrar que o agir *por dever*, que confere a ação o valor moral, exige que o conceito de dever não se fundamente na experiência (*a posteriori*), o que abriria a porta para a intromissão do egoísmo na motivação da ação. O *dever*, impondo-se à vontade como *necessidade* de agir *por respeito à lei*, supõe a validade absoluta da lei moral para todo ser racional, o que implica sua origem na razão pura (*a priori*) prática e não numa análise psicológica (*a posteriori*) da natureza humana (empirismo moral) nem numa simples dedução a partir da razão pura teórica (intelectualismo moral). Por conseguinte, o propósito de uma *Metafísica dos Costumes* deve ser o de demonstrar a validade absoluta da lei enquanto constitutiva da ideia da perfeição moral (VAZ, 2015, p. 338).

É necessário compreendermos como a lei e a vontade se relacionam para que a vontade se constitua como vontade moral. A isso, Kant, responderá com a doutrina do imperativo categórico. Vejamos em Kant sua definição.

A representação de um princípio objectivo, enquanto obrigante para uma vontade, chama-se um mandamento (da razão), e a fórmula do mandamento chama-se Imperativo. Todos os imperativos se exprimem pelo verbo dever (*sollen*), e mostram assim a relação de uma lei objectiva da razão para uma vontade que segundo a sua constituição subjectiva não é por ela necessariamente determinada (uma obrigação). [...] Ora, todos os imperativos ordenam ou hipotética- ou categoricamente. Os hipotéticos representam a necessidade prática de uma acção possível como meio de alcançar qualquer outra coisa que se quer (ou que é possível que se queira). O imperativo categórico seria aquele que nos representasse uma acção como objectivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade. Como toda a lei prática representa uma acção possível como boa e por isso como necessária para um sujeito praticamente determinável pela razão, todos os imperativos são fórmulas da determinação da acção que é necessária segundo o princípio de uma vontade boa de qualquer maneira. No caso de a acção ser apenas boa como meio para qualquer outra coisa, o imperativo é hipotético; se a acção é representada como boa em si, por conseguinte como necessária numa vontade em si conforme à razão como princípio dessa vontade, então o imperativo é categórico. [...] Há por fim um imperativo que, sem se basear como condição em qualquer outra intenção a atingir por um certo comportamento, ordena imediatamente este comportamento. Este imperativo é categórico. Não se relaciona com a matéria da acção e com o que dela deve resultar, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva; e o

essencialmente bom na acção reside na disposição (*Gesinnung*¹¹), seja qual for o resultado. Este imperativo pode-se chamar o imperativo da moralidade. [...] O imperativo categórico é, portanto, só um único, que é este: *Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal*. [...] o imperativo universal do dever poderia também exprimir-se assim: *Age como se a máxima da tua acção se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza* (KANT, 2007, pp. 47-59, grifo do autor).

Por fim, compreendemos que para Kant, a essência do imperativo consiste em sua forma de lei, pela racionalidade, adequando a vontade à norma da lei. Vontade essa determinada *a priori* objetivamente, significando que a razão pura é em si própria prática, determinando à vontade sem ter outros fatores. A *lei moral* pode determinar *a priori* a vontade e fundamentar um uso da razão prática no conhecimento do Bem supremo necessária da vontade do ser racional. Marcado por uma necessidade de buscar a objetividade do agir ético, Kant defende a soberania da razão para todas as ações éticas anulando qualquer subjetividade ou desejo das ações morais, mas com o avanço das ciências e da sociedade capitalista a uma virada de chave neste pensamento nos levando a chamada ética utilitarista.

¹¹ A palavra prudência é tomada em sentido duplo: ou pode designar a prudência nas relações com o mundo, ou a prudência privada. A primeira é a destreza de uma pessoa no exercício de influência sobre outras para as utilizar para as suas intenções. A segunda é a sagacidade em reunir todas estas intenções para alcançar uma vantagem pessoal durável. A última é propriamente aquela sobre que reverte mesmo o valor da primeira, e quem é prudente no primeiro sentido, mas não no segundo, desse se poderá antes dizer: é esperto e manhoso, mas em suma é imprudente. (Nota de Kant.)

A Ética Miliana

John Stuart Mill (1806-1873), nascido na Inglaterra, foi um dos maiores defensores do utilitarismo no século XIX. Foi o primeiro a usar este termo, principalmente em sua principal obra ética intitulada *Utilitarismo* de 1863, mas na obra *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, Jeremy Bentham (1748-1832) já apresentava a base do que será essa nova corrente ética defendida por muito até hoje.

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. [...] O princípio da utilidade¹² reconhece esta sujeição e a colocar como fundamento desse sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei (BENTHAM, 1974, p. 9-10).

Para Bentham, a moral, configura-se a uma atenção das características do prazer, sendo elas: a duração, intensidade, certeza, proximidade, capacidade de produzir prazeres ulteriores e ausência de consequências dolorosas. A partir dessa base, Mill desenvolverá a sua Ética utilitarista afastando-se da ideia de Bentham, uma vez que ele não olha apenas a quantidade de prazer, mas também sua qualidade, ou seja, para Mill há uma hierarquia dos prazeres, como pela famosa frase “Antes um

¹² “A esta expressão acrescentei ultimamente – substituindo até a primeira – esta outra: a maior felicidade, ou o princípio da maior felicidade; isto por amor à brevidade, ao invés de expressar-me assim longamente: ‘o princípio que estabelece a maior felicidade de todos aqueles cujo interesse está em jogo, como sendo a justa e adequada finalidade da ação humana, e até a única finalidade justa, adequada e universalmente desejável’”. (Nota do Autor em julho de 1822).

homem insatisfeito que um porco satisfeito” que quer apresentar que o homem tem prazeres mais valiosos que um porco. Para Mill, uma vez atendida as necessidades básicas, os homens tenderão aos prazeres do pensamento, sentimento e imaginação aos dos corpos e dos sentidos, mesmo estes, podendo nos levar a dor, por exemplo, o prazer de amar pode acarretar a dor de sofrer a ruptura do romance, mesmo assim as pessoas preferem um amor do que um jantar.

Sua obra *Utilitarismo* além de ser a formulação ética do utilitarismo é também uma apologia sobre sua filosofia, na qual define o que é o utilitarismo e esclarece respondendo as objeções contra sua filosofia.

Uma simples observação deveria bastar contra a confusão dos ignorantes que supõem que aqueles que defendem a utilidade como teste do certo e do errado usam este termo no sentido restrito e meramente coloquial em que o útil se opõe ao prazer. [...] de Epicuro a Bentham, que defenderam o princípio da utilidade o entenderam não como algo a ser contraposto ao prazer, mas sim como o próprio prazer, juntamente com a ausência de dor. [...] Tomam a palavra utilidade e não sabem sobre ela nada além de seu som. [...] O credo que aceita como fundamento da moral o Útil ou Princípio da Máxima Felicidade, considera que uma ação é correta na medida em que tende a promover a felicidade, e errada quando tende a gerar o oposto da felicidade. Por felicidade entende-se o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, dor, ou privação de prazer (MILL *apud* MARCONDES, 2007, p.117-118).

Todas essas teorias apresentadas irão diretamente influenciar os demais acadêmicos que se interessam sobre a moralidade humana, principalmente a nova ciência que com novos elementos e descobertas

sobre o cérebro humano, genética e biologia se debruçam para compreender o comportamento humano.

Implicações da Ética na Psicologia

Em Kant, encontramos um dualismo entre razão e inclinação, na qual o filósofo afirma que devemos tomar nossas atitudes única e exclusivamente a partir da razão. Esse dualismo, já iniciado em Platão, segue-se até hoje nas teorias morais centradas no dever. Ao compartilhar essa visão, o mundo ocidental deposita uma confiança muito grande na lucidez da consciência. “Desde quando Sócrates disse ‘Conhece-te a ti mesmo’ tem sido assumido que a reflexão concede-nos acesso privilegiado ao nosso próprio pensamento” (HOOFT, 2013, p. 68).

Mas a partir de Freud a confiança acerca da lucidez da consciência ficou abalada, pois agora sabemos que há ações nossas que podem ser movidas por pulsões e/ou instintos que até então não temos conhecimento e que pode apenas se tornar consciente mediante a muito esforço. Logo, é possível que sua deliberação moral possa estar carregada de preconceitos e ter sua ação ética prejudicada pela imparcialidade, afirmação que o próprio Kant já havia indicado que nunca poderíamos ter certeza de que agimos motivados pelo dever.

Seguindo na esteira da psicologia, Piaget no desenvolvimento de sua pesquisa em epistemologia genética, na qual busca compreender o processo do conhecimento pelas passagens históricas, psicológicas e biológicas do indivíduo, constata que há existência de um certo inatismo, do mesmo defendido por Kant, mas admite que há também um desenvolvimento fixo de estruturas definidas e universais. Em 1932, Piaget

publica sua obra *Le jugement moral chez l'enfant* (O julgamento moral na criança) que expõe as fases de desenvolvimento da moralidade sendo três: anomia, heteronomia e autonomia. Não é nossa intenção aqui desenvolver com profundidade o pensamento e esquemas do Piaget, mas compreender a base teórica que levou ao desenvolvimento das teorias de Kohlberg e Lind.

Kohlberg avança ao rejeitar a teoria do paralelismo entre o amadurecimento do pensamento lógico e da moralidade, pois segundo ele, o desenvolvimento lógico não implica necessariamente ao desenvolvimento moral. Entende-se que o pensamento lógico formal é condição necessária para a moralidade plena, mas não suficiente. Com isso, Kohlberg reformula a teorias dos estágios morais piagetianos em três níveis de moralidade: pré-convencional, convencional e pós-convencional, cada qual com dois estágios, com o objetivo de identificar nos indivíduos níveis de um juízo moral para a compreensão de uma possível Ética universal.

Diferente de Piaget, Kohlberg, de fato, buscava compreender o processo da construção da moralidade, tanto que percorreu diversos países, entrevistou diversas pessoas e culturas distintas para poder apropriar-se de sua teoria. Assim, avançou também além de Kant, pois a ética kantiana tem uma concepção monológica da racionalidade, fundada na razão universal, abstrata. Kohlberg, nos apresenta uma visão dialógica, na qual a moral é alcançada pelo diálogo e levantamento de razões que justifiquem a ação mais justa.

Por fim, toda essa investigação resulta em um direcionamento para a compreensão do juízo moral e seus estágios, na qual Lind parte dessa investigação, mas começará a se preocupar mais com a questão da competência moral. Tal competência não é inata e não se desenvolve por si mesma, mas deve ser apoiada e aprendida pela educação. Por definição,

Lind conceitua que a competência é o indivíduo compreender fatos, aplicar conhecimentos e assumir responsabilidades, e com isso, a competência moral vem a ser a “capacidade de resolver problemas e conflitos através de deliberação e discussão, sem usar violência e engano, ou submeter-se a uma autoridade” (LIND, 2018, p. 07, tradução nossa). Ou seja, uma capacidade dos indivíduos de lidar com dilemas morais atreladas a competência democrática.

Diante dos esforços de pensar na aplicabilidade dos conceitos já elaborados por Kohlberg, Lind quer apresentar a possibilidade do ensino da competência moral, ultrapassando os dilemas elaborados por Kohlberg para verificação dos juízos morais. Lind desenvolve o KMDD, Método Konstaz de Discussão do Dilema que contém em sua essência raízes da filosofia moral, experiência educacional e psicologia experimental.

O ponto crucial deste método é que não doutrinamos os alunos sobre "valores" através de instruções verbais, mas que lhes proporcionamos oportunidades para aplicar e desenvolver sua competência moral. [...] O KMDD também desafia o pensamento e os sentimentos dos participantes. Pede-lhes que julguem uma decisão difícil tomada por um protagonista (certo ou errado?) e que lidem com os contra-argumentos dos adversários (LIND, 2018, p. 08, tradução nossa).

Considerações Finais

Pensar a Ética a partir da sua normatização não era algo explícito no discurso filosófico clássico. O *ethos* em sua unidade e diversidade era uma evidência primeira, do mesmo modo da *physis*, sendo impensável querer provar sua existência, segundo Aristóteles. Na sociedade moderna

ocidental levou-se uma inversão de prioridades na construção do discurso ético. O pluralismo ético e o relativismo impuseram a primazia do indivíduo sobre o *ethos* e é a partir desta inversão que o discurso ético começa a ser reconstruído sendo necessário pensar como se dará a formação plena da pessoa moral. Vaz (2004), afirma sobre essa formação que

o indivíduo ético só alcança sua plena efetividade a partir do uso consciente da razão e do livre-arbítrio. Mas essa efetividade é a atualização de uma *virtualidade* presente na constituição *essencial* do ser humano que o predetermina necessariamente a desenvolver-se como ser *moral*. Essa *virtualidade ética* já, é, portanto, constitutiva do ser humano desde sua gênese no estado fetal e nos primeiros estágios da sua evolução na infância. Deste modo, o indivíduo humano é, irrevogavelmente, um *ser moral* ao longo de toda sua história individual, competindo-lhe como tal, desde sempre, o predicado da *dignidade* e do *direito à vida*. Se não admitirmos essa continuidade profunda que liga a *moralidade* do ser humano como predisposição, como inclinação instintiva ao bem e como razão e liberdade, torna-se inexplicável o aparecimento de uma *personalidade moral* já constituída na história do indivíduo, a menos que lhe atribuamos uma origem a partir de fatores puramente extrínsecos, o que retiraria todo o valor intrínseco à sua *dignidade* e à postulação dos seus *direitos*, bem como ao cumprimento dos seus *deveres* (VAZ, 2004, p. 21-22).

A Ética filosófica vem tentar compreender a inquietação do ser humano ao tentar responder à pergunta ética socrática: *como convém viver?* Neste capítulo apresentamos três das diversas teorias éticas que surgiram ao longo dos séculos e algumas implicações na vertente da psicologia para refletirmos sobre tal indagação. A psicologia seja ela querendo compreender como a moralidade é constituída e/ou como ela deve ter uma relação indivíduo/sociedade levanta novas discussões e abordagens neuro-

psíquico-social que até então na filosofia não havia sido refletida, seja por falta de recursos provenientes de suas épocas quando pensadas, seja por não ser o campo específico da filosofia, mas diante das novas descobertas cabe também a filosofia de debruçar destes novos elementos e desenvolver seu caminho para essa complexidade do agir humano.

Por fim, não podemos deixar de citar que o Bem, princípio do ser e base de toda Ética normativa, mostra, como diz Aristóteles, ser por natureza uma ciência prática, que busca o Bem em si mesmo, e na comunidade ao mesmo tempo nos tornando bons. O estudo da Ética é, portanto, mas que uma ciência prática, mas sim uma ciência da prática, na qual a razão prática deve se ordenar para o Bem.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 6ª edição. São Paulo: Editoria WMF Martins Fontes, 2012.
- ARANHA, M. L. de A. **Filosofando: introdução à filosofia**. 6ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ARISTÓTELES. **Os pensadores**. 1ª edição. São Paulo: Editora Abril. 1973.
- BATAGLIA, P. U. R.; MORAIS, A. LEPRE, R. M. **A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil**. Estudos de Psicologia. 15(1). Janeiro-Abril, 2010, 25-32.
- BENTHAM, J. **Os pensadores**. 1ª ed. São Paulo: Editora Abril. 1974.

HOOFT, S. V. **Ética da virtude**. Tradução: Fábio Creder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. Tradução Valério Rohden. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

KANT. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução: Paulo Quintela. 1ª edição. Edições 70. 2007.

LIND, G. **How to teach moral competence**. New: Discussion Theater. Berlin: Logos-Publisher. 2018.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCONDES, D. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCONDES, D. **Textos básicos de filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NALINI, J. R. **Ética Geral e Profissional**. 3ª ed. Editora Revista dos Tribunais. 2001.

PAPINEAU, D. **Filosofia**. Tradução: Maria da Anunciação Rodrigues e Eliana Rocha. São Paulo: Publifolha, 2013.

PLATÃO, **A República**. Introdução, Tradução e Notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001.

REALE, G. **História da filosofia**: Filosofia pagã antiga, v. 1. Tradução Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, G. **História da filosofia**: de Spinoza a Kant, v. 4. Tradução Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

REALE, G. **História da filosofia 5**: do romantismo ao empiriocriticismo. Tradução Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2005.

REALE, G. **História da filosofia 7**: de Freud à atualidade. Tradução: Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2006.

TAILLE, Y. de La. **Piaget, Vigotski, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão – São Paulo: Summus, 2019.

TOMÁS DE AQUINO, **Suma teológica**: vol 4. I-II parte. 3º edição. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

VAZ, H. C. de L. **Escritos de filosofia IV**: introdução à ética filosófica 1. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

VAZ, H. C. de L. **Escritos de filosofia V**: introdução à ética filosófica 2. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.